

## O CAPITAL SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES RURAIS

BARBOSA, Nilson Araujo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

NETO, José Ambrósio Ferreira. Professor-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

### RESUMO

O presente artigo analisa a importância do Capital Social para o desenvolvimento rural sustentável, abordando os aspectos socioculturais como fatores fundamentais para o desenvolvimento numa perspectiva emancipadora. Portanto, parte-se da perspectiva defendida por Putnam (2006), quando enfatiza a importância do Capital Social presente nas comunidades para o desenvolvimento econômico e democrático, aliando-a a perspectiva de Sen (2000), quando afirma que o desenvolvimento deve proporcionar a expansão das liberdades substantivas como a educação, saúde, segurança e os direitos civis dos cidadãos. Nesse sentido, o conceito de Capital Social é entendido como um bom instrumento para análise dos processos de intervenção social, mediante a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma procura-se entender a diferenciação entre os processos de desenvolvimento das regiões, tomando por base estudos empíricos sobre o desenvolvimento regional ocorridos no sul do país. Assim, o trabalho articula os conceitos de Capital Social e de desenvolvimento rural concluindo que as questões socioculturais intrínsecas das comunidades, colaboram para o desenvolvimento rural sustentável, tendo a ATER como seu agente promotor.

**Palavras- Chave:** Desenvolvimento Rural; Capital Social; ATER.

### Social Capital And Its Contribution To The Development Of Rural Regions

#### ABSTRACT

This article analyzes the importance of capital for sustainable rural development, addressing the socio-cultural aspects as fundamental factors for developing an emancipatory perspective. Therefore, we start from the perspective defended by Putnam (2006), when emphasizes the importance of social capital present in the communities for economic and democratic development, combining it with the view of Sen (2000), when he states that development should provide expansion of substantive freedoms such as education, health, safety and civil rights of citizens. In this sense, the concept of Social Capital is understood as a good instrument for analysis of social intervention processes by implementing the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, which aims to promote sustainable rural development. In this way we seek to understand the distinction between the processes of development of the regions, based on empirical studies on regional development that occurred in the South. Thus, the work articulates the concepts of social capital and rural development concluding that the intrinsic socio-cultural issues of the communities collaborate for sustainable rural development, with the ATER as its promoter.

**Keywords:** Rural Development; Social capital; ATER.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural por sua natureza múltipla e complexa deve ser considerado como fator fundamental para integração dos espaços rurais com os espaços urbanos, de forma que o rural seja um continuum do urbano, ou seja, “o rural está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo.” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 49). Neste processo os atores sociais, políticos e institucionais devem ser envolvidos, para as práticas de desenvolvimento endógeno, respeitando os fatores históricos e culturais de cada região. Segundo Perico (2009, p. 34) “A cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social”, sendo esta, condição fundamental para se pensar os processos de desenvolvimento rural. Nessa mesma perspectiva, Graziano da Silva (2001, p. 46) pondera que “a busca do desenvolvimento da agricultura mediante uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região” reafirmando a importância da multifuncionalidade<sup>1</sup> do espaço rural, reforçando a importância da territorialidade dos espaços, como forma de prover as transformações socioeconômicas e ambientais nas sociedades, ou seja, conceber o desenvolvimento rural sustentável. Assim, o desenvolvimento em uma perspectiva ampla deve ocorrer a fim de que as transformações na sociedade proporcionem o bem-estar das pessoas, considerando os aspectos sociais e ambientais. Nesse sentido, conforme entendimento de Sen (2000), o desenvolvimento deve proporcionar a expansão das liberdades e capacidades das pessoas em satisfazer seus anseios, atendendo de forma satisfatória a suas necessidades básicas primárias e as relativas à educação, saúde, segurança, lazer e direitos civis, sendo estas, pessoas livres e responsáveis por suas próprias escolhas.

Tomando como referência essa perspectiva

de desenvolvimento entende-se que o conceito de Capital Social é um bom instrumento para análise dos processos de intervenção social, mediante políticas públicas que visam promover o desenvolvimento rural. Analisar os processos de desenvolvimento rural tomando como referência o conceito de Capital Social nos permite considerar aspectos socioculturais das comunidades como facilitadores de ações conjuntas que, por sua vez, podem ser promotoras do desenvolvimento e de transformações nestas realidades.

Dessa forma, o presente artigo busca articular de forma integrada e convergente os conceitos de Capital Social e de desenvolvimento rural, de modo a perceber como a realidade sociocultural das comunidades, em termos de elementos de confiança e reciprocidade pode contribuir para o desenvolvimento numa perspectiva emancipadora e multifacetada como a proposta por Sen (2000). Finalmente, o presente trabalho articula as questões relacionadas ao desenvolvimento rural e ao Capital Social como as perspectivas de intervenção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER entendida enquanto agente promotor do desenvolvimento sustentável.

### DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento foi tema muito debatido na segunda metade do século XX, sendo por inúmeras vezes, relacionado somente ao crescimento econômico de um país, estado ou região. Nesse sentido, segundo Veiga (2006), até 1960 não havia a necessidade de se distinguir o “desenvolvimento de crescimento econômico”, uma vez que as poucas nações desenvolvidas haviam se enriquecido pelo processo de industrialização. No entanto, segundo esse mesmo autor, o intenso crescimento econômico durante a década de 1950, não se traduziu no maior acesso das populações mais pobres a melhores condições de saúde e educação, o que colocava em

<sup>1</sup>No entendimento de Moraes (2003), se refere às múltiplas funções atribuídas à agricultura, sendo: função alimentar e econômica, função social, função ambiental e de manutenção da diversidade, função estética (diversidade das paisagens) e função recreativa e pedagógica.

questionamento o modelo, até então adotado, de desenvolvimento. Principalmente a partir da década de 1990, muitos autores começam a questionar esse modelo de desenvolvimento pautado quase que exclusivamente em aspectos econômicos, deixando de levar em conta os aspectos sociais e ambientais. Estas correntes apresentam a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o que vem a ser o desenvolvimento. Sendo assim, as discussões são ampliadas e aprofundadas acerca deste tema, ou do bem-estar das pessoas, sendo incorporados a partir daí, de maneira mais geral, os aspectos sociais e ambientais nas análises e estudos do desenvolvimento, dando maior importância ao que Sen (2000) argumenta acerca da necessidade de ampliação das liberdades das pessoas.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou o primeiro “Relatório de Desenvolvimento Humano”, trazendo para o centro das discussões um novo conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de expansão das liberdades das pessoas, pautado em suas capacidades e oportunidades de escolhas. Também foi divulgada uma nova metodologia para mensuração do desenvolvimento de uma região ou nação, chamada de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH aborda os três fatores mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), ter acesso ao conhecimento (educação) e poder gozar de um padrão de vida digno (renda).

Este relatório aliado à publicação de trabalhos de Amartya Sen, em especial o “Desenvolvimento como Liberdade”, com o qual o economista ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998, colocou em questionamento, o processo de análise do que vem a ser o desenvolvimento, onde este era tratado como sinônimo de crescimento, ancorado única e exclusivamente em aspectos econômicos, como a renda per capita e índices de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). É nessa perspectiva que Veiga (2006, p. 31) argumenta

que “o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins”.

Nessa mesma perspectiva, Sachs (2008) reforça a ideia de que desenvolvimento não pode ser confundido como crescimento econômico, corroborando as afirmações de Sen (2000) de que o desenvolvimento deve ocorrer pela expansão das liberdades substantivas (acesso à educação, saúde, segurança e os direitos civis), e este deve ser o principal fim e meio para que se atinja de fato o desenvolvimento, ou seja, devem ser valoradas as oportunidades de escolhas das pessoas. Os aspectos econômicos, contudo não devem ser ignorados, pois são também meios para se alcançar o fim, ou seja, o desenvolvimento.

O termo desenvolvimento discutido de forma geral, não difere em seus aspectos gerais quando se discute o desenvolvimento rural, uma vez que a base epistemológica, do centro da discussão, é a mesma. Especificamente no Brasil, o debate sobre o desenvolvimento rural se fortaleceu a partir da década de 1990, principalmente com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no âmbito do Governo Federal, em resposta às grandes reivindicações dos pequenos produtores rurais, em especial àqueles vinculados à estrutura de representação sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e articulados no conjunto de manifestações do Grito da Terra Brasil.

Nesse contexto, Navarro (2001), argumenta que o desenvolvimento rural, envolve processos articulados que de certa forma pretendem induzir transformações no espaço rural, a fim de promover a melhoria do bem-estar das populações rurais. O autor chama atenção para algumas expressões que são utilizadas de forma equivalente, mas, no entanto, não podem ser entendidas como sinônimas. Dentre tais expressões encontram-se os termos: *desenvolvimento agrícola*, que se relaciona com os meios de produção agropecuários, tratando

especificamente de aspectos produtivos, num determinado espaço de tempo; e o *desenvolvimento agrícola*, que engloba o primeiro, mas é mais abrangente, na qual o autor destaca que esta terminologia é mais ambiciosa e é utilizada para “interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade.” (NAVARRO, 2001, p. 86).

Na mesma linha de pensamento, Schneider (2004, p. 98) define o desenvolvimento rural “como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.” Nessa perspectiva, Kageyama (2008), pondera que a renda, embora necessária para o desenvolvimento, é um meio, e não um fim, e o bem-estar da sociedade vai depender de como a renda será utilizada, e não apenas do seu nível global.

Dessa forma, o desenvolvimento rural se materializa pelas ações implementadas por instituições diversas, juntamente com os atores sociais, no contexto de um determinado espaço geográfico, ou território, como forma de dinamizar os processos que busquem transformações nas sociedades, ou seja, a melhoria do bem-estar das populações rurais. Assim, o desenvolvimento rural não pode ser visto somente com relação à exploração agropecuária, é muito mais abrangente, abarcando ainda outros atributos.

Nesse contexto, passam a ter significância, a pluriatividade<sup>2</sup> e a integração do rural com urbano, proporcionando maior dinamismo, além de práticas que permitam a redução da dependência externa de insumos, maximizando desta forma o aproveitamento dos recursos locais e redução dos custos de transação. Ainda nesse sentido, outra questão relevante é a diversificação de produtos, tornando mais salutar a geração de renda e melhor

apropriação da mão de obra local, ainda que esta seja escassa, uma vez que permite o intercâmbio entre o rural e urbano, como forma de melhorar e garantir outras formas de ocupações. Assim, é fundamental que além da questão agrícola, haja também o desenvolvimento de uma rede urbana local e regional, necessários para que as famílias encontrem fontes de rendas complementares, essenciais para manutenção da própria atividade agrícola (KAGEYAMA, 2008).

Portanto, entende-se que o processo em busca do desenvolvimento rural é complexo, devido às dimensões que devem ser relevadas, desde os vastos campos verdes, com baixa densidade demográfica até o envolvimento de diversas instituições envolvendo múltiplos atores para a promoção do desenvolvimento endógeno e perene. Segundo Moraes (2003), esse processo de desenvolvimento é centrado nas capacidades das comunidades locais, rurais e urbanas, como fonte provedora do próprio desenvolvimento, ou seja, os atores locais são os sujeitos com capacidades autônomas, sendo estes responsáveis de pensar e implementar os processos permanentes de desenvolvimento, trilhando desta forma o próprio destino.

Nesse sentido, cabe salientar os modelos endógeno e exógeno de desenvolvimento rural, pois segundo Mior (2009)

No modelo exógeno – que poderíamos chamar de desenvolvimento agrícola – instituições locais eram consideradas como meras executoras de ações, ou às vezes de projetos, na sua maioria formulados em esferas centralizadas. Agora, na abordagem endógena – que poderíamos chamar de desenvolvimento rural – um papel crucial é atribuído às instituições e organizações locais-regionais. (MIOR, 2009, p. 283).

No entanto, Mior (2009) ainda aponta que tanto na abordagem endógena quanto no modelo exógeno, existem fragilidades, e que a partir

<sup>2</sup>Schneider (2009) define pluriatividade, como fenômeno que se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades ocupacionais por membros de uma mesma família, sendo uma destas atividades, a agricultura.

de literaturas revisitadas, torna-se necessário a superação destas, defendendo a formação de redes de desenvolvimento rural, “integrando elementos locais e não-locais, o que é visto como fundamental para alavancar o desenvolvimento rural”. (MIOR, 2009, p. 295).

Neste sentido Kageyama (2008), entende que

o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade).

O papel da agricultura e das ocupações agrícolas nem sempre é o mais importante na determinação do desenvolvimento rural. (KAGEYAMA, 2008, p. 75).

Assim o desenvolvimento rural não deve ser confundido com desenvolvimento agrícola, devendo ser buscado para que efetivas transformações possam acontecer no meio rural. Ou, conforme Veiga (2000, p. 178), “o desenvolvimento é um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais.” Para além do aumento do produto ou renda per capita, este está comprometido com o bem-estar das famílias que ali vivem, com preservação e conservação dos recursos ambientais e distribuição mais social dos recursos.

## CAPITAL SOCIAL

O Capital Social apesar de não ser considerado um termo novo, vem sendo discutido principalmente a partir da década de 1990, e tornou-se bem mais popularizado após a publicação do livro, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, de Robert D. Putnam, cuja primeira edição foi publicada em 1993. Já nesta época, conforme D’ Araujo (2003) o Banco Mundial começou a utilizar o Capital Social nas análises e avaliações de projetos de desenvolvimento e

combate a pobreza, principalmente fundamentado em pesquisas da época, que indagam sobre a possibilidade de construção de Capital Social em sociedades onde estas fossem carentes deste bem.

Para entender a origem do conceito de Capital Social, Franco (2001) recorre a uma vasta literatura a cerca de quem foram os precursores em sua formulação. Assim, argumenta que Tocqueville foi o primeiro autor que melhor descreveu as potencialidades do Capital Social, em ‘A Democracia na América’ (1835/1840). De acordo com Franco (2001), ainda que Tocqueville não tenha sequer mencionado o termo Capital Social, relatou que os americanos, como em nenhuma outra nação, tinham uma capacidade para formar associações de todas as formas e tipos, para fins civis e políticos e que esta forma associativa contribuía para o sucesso democrático e econômico daquela nação.

Na década de 1980, outro autor importante que discute este conceito é o sociólogo Pierre Bourdieu quando enfatiza que o capital social é constituído pela totalidade dos recursos reais ou potenciais em relações institucionalizadas ou não de reconhecimento e cooperação mútuos. (BOURDIEU, 2001). O autor critica o “economicismo” que considera todas as formas de capital redutíveis ao capital econômico e salienta que o econômico não pode colaborar com todas as formas de capital, mas é inversamente proporcional, ao passo que outras formas de capital – relações sociais de intercambio - podem inclusive contribuir para a melhora das condições econômicas como um todo.

Para Abramovay (2000) o Capital Social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para a construção de novas relações entre os moradores de uma determinada comunidade ou região. Neste sentido o Capital Social seria um elemento fundamental para ampliar os laços de relacionamento, racionalizando e facilitando o intercambio entre as diversas regiões ou territórios, podendo com isto reverter-se em melhoras nas condições econômicas destas.

De acordo com D’ Araujo (2003, p. 10), Capital Social pode ser definido como “a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.” A referida autora também afirma que o Capital Social pode ser ainda utilizado para ajudar comunidades e governos a enfrentar problemas relevantes, seja de ordem econômica, humano, social e democrático. Desta forma, James Coleman, sociólogo americano (apud Putnam, 2006, p. 177) afirma que “assim como outras formas de capital, o Capital Social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Chamando ainda atenção para o fato de que sociedades com alto grau de Capital Social conseguem promover o capital humano, que é condição fundamental quando se pensa nos aspectos de desenvolvimento das sociedades como um todo.

O Capital Social pode ainda ser relacionado, de acordo com entendimento de Putnam (2006, p. 177), “a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Como exemplo, aborda as associações de crédito rotativo, espalhadas em todo o mundo, onde o sucesso parte inicialmente da confiança entre os membros destas organizações, que com normas sistematizadas, confiança e cooperação, conseguem disseminar e implementar com sucesso estas associações/projetos mundo afora.

É nesse sentido, que Coleman, (apud D’ Araujo, 2003), aponta a existência de alguns atributos informais que contribuem muito para a formação de Capital Social, como por exemplo, as “normas sociais”, que são impostas pelas sociedades entre o que é certo ou errado, estas podem contribuir muito para a organização e conseqüentemente para as conquistas de bens públicos que beneficia a todos. Ainda nessa linha de argumentação, Putnam (2006) reforça a argumentação que a confiança, bem como as normas e redes de

relações sociais, são características intrínsecas ao Capital Social, afirmando ainda que “a confiança promove a cooperação [e] quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação.” (PUTNAM, 2006, p. 180). Assim a confiança se apresenta como um componente fundamental do Capital Social, melhorando a cooperação, contribuindo para a diminuição dos custos de transação entre os pares e favorecendo para o desempenho da economia, bem como na melhora da eficiência dos governos.

## Capital Social e Desenvolvimento

Ao se estudar a questão do desenvolvimento de determinadas regiões que recebem as mesmas políticas públicas, mas apresentam resultados diferentes, observa-se que existem fatores subjetivos que implicam diretamente na ocorrência de tais resultados. Nesse sentido, Putnam (2006) ao analisar disparidades ocorridas entre o Norte e Sul da Itália, após um longo processo de descentralização política, ocorrido a partir de 1970, constatou que o Norte conseguira se desenvolver mais, aproveitando melhor os benefícios de uma estrutura local descentralizada, enquanto o Sul, apesar de ganhos, ainda se arrastava tentando programar políticas que pudessem desenvolver melhor a região. Identificando dessa forma, que havia outros fatores além dos aspectos institucionais que contribuíam para a eliminação das desigualdades regionais, fatores estes relacionados com os laços de confiança, cooperação e reciprocidade entre os moradores destas localidades, o que favoreceu para um melhor desempenho de uma região em relação à outra. (PUTNAM, 2006). Assim, tem-se que o contexto social de uma região e sua história condicionam intensamente o desempenho das instituições que nela atuam, fazendo com que tanto a economia quanto o Estado funcionem melhor em contextos cívicos. (PUTNAM, 2006).

Neste sentido, ainda de acordo com Putnam (2006), comunidade cívica ou participação cívica, se caracteriza por uma densa rede de associações

locais, pela participação nos negócios públicos, pela confiança e reciprocidade entre os membros de uma comunidade e pelo cumprimento das normas e uma política social, concluindo que quanto mais cívica é uma determinada região, maior é a eficácia de seu governo, e que também as instituições coletivas tendem a funcionar melhor em comunidades cívicas, desta forma o Capital Social contribui para o desenvolvimento das regiões como um todo.

Putnam (2006) argumenta ainda, que

para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o Capital Social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [e reforça que] criar Capital Social não é fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar. (PUTNAM, 2006, p. 194).

Segundo D' Araujo (2003) o Capital Social é fundamental para que as sociedades organizadas possam, por meio das relações informais e de confiança, prosperar, tanto nos aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento, quanto nos aspectos políticos democráticos.

Assim, trazendo a questão Capital Social e desenvolvimento para o âmbito do desenvolvimento local, de acordo com estudos relacionados ao tema, este vem se apresentando como um importante fator para o referido desenvolvimento, uma vez que se baseia diretamente da qualidade das relações interpessoais existentes em uma comunidade. Estas relações históricas de sociabilidade constituem a base de análise dos processos endógenos de desenvolvimento de uma região. Dessa forma, o desenvolvimento local pode ser definido como “aquele promovido a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais e orientados para o fortalecimento da economia e da sociedade local.” (PROJETO CUT/CONTAG, 1999, p. 11).

A participação de cidadãos em entidades recreativas de entretenimento (associações esportivas diversas), bem como em associações de interesse comum (de bairro, agricultura, etc.)

e entidades religiosas, são formas que colaboram para melhorar o estoque de Capital Social nas sociedades, pelas relações de confiança que podem ser geradas nestes espaços de sociabilidade. (PUTNAM, 2006).

Neste sentido Riedl e Vogt (2003), acrescentam que

a participação em associações voluntárias e em clubes geraria normas de confiança entre seus membros produzindo uma cooperação cívica, elemento chave não só para a participação política do cidadão, mas para o crescimento econômico e o desenvolvimento local de uma região. (RIEDL e VOGT, 2003, p. 167).

A título de exemplo da contribuição do Capital Social para o desenvolvimento de uma determinada comunidade, vale mencionar as Cooperativas de Crédito Rotativo do Sul do País, bem como as Cooperativas de Produtores Rurais, estabelecidas a partir de ações de confiança e cooperação, com o objetivo de proporcionar um maior “bem-estar material da população”. Assim, ao participar dessas instituições a sociedade local, deixa de agir passivamente e de forma resignada, e passa a buscar por seus próprios meios, de forma conjunta, a melhoria de sua renda, o que conseqüentemente acaba por gerar ganhos coletivos para toda a comunidade. (RIEDL e VOGT, 2003).

Ainda nesse sentido, para corroborar com a questão da importância da influência do Capital Social e sua contribuição para o desenvolvimento local, Franco, (2001), afirma que as ações desenvolvidas em comunidades podem ter grande influência na vida das pessoas, mesmo se originadas por uma parcela pequena do conjunto social. Essa perspectiva reforça a importância dos processos endógenos para o desenvolvimento de uma comunidade, dando valor aos aspectos locais como seus precursores, pois sendo conhecedores da realidade local e sabedores para onde querem ir ou chegar, facilitam todo o processo de planejamento e implementação de ações, sendo estes os principais protagonistas de sua evolução.

Entretanto, o maior desafio e ainda não exaurido

nos estudos diz respeito a criação de Capital Social onde este inexistente e/ou é muito incipiente. Assim, Franco (2001) ao procurar relacionar o conceito de Capital Social e o impacto das ações comunitárias sobre o processo de desenvolvimento, evidencia que o principal entrave nesse processo é, fundamentalmente, um problema de poder e de política. Afirmando ainda, que “pequenas ações comunitárias terão impacto ponderável sobre o desenvolvimento a não ser enquanto introduzam novos padrões (horizontais) de organização e novos modos (democráticos) de regulação.” (FRANCO, 2001, p. 26). Assim, a relação entre o desenvolvimento rural sustentável e o Capital Social pode ser constatada, uma vez que programas de investimento em Capital Social podem ser conseguidos pelas diversas formas de indução ao desenvolvimento local, tendo como objetivo final a sustentabilidade. (FRANCO, 2001).

Neste sentido, Cernea (1995), corrobora com seus estudos relacionados a implantação de projetos que visam o desenvolvimento local sustentável, nos quais é condição *sine qua non*, a participação da comunidade nas políticas e projetos de desenvolvimento, dando ênfase principalmente aos aspectos socioculturais, ambientais e também econômico, enfatizando sobre a importância da participação da população objeto de tal política ou projeto para o sucesso da mesma. Assim, esta participação pode gerar a formação de estoque de Capital Social, contribuindo positivamente para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento rural sustentável como um todo.

#### **Capital Social, ATER e Desenvolvimento Rural**

As diversas ações que visam induzir o desenvolvimento rural sustentável, dentre elas a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), devem de modo geral envolver todos os seguimentos e/ou atores pertencentes a uma determinada região (administração pública, sociedade civil e mercados). Desta forma tais ações devem convergir para uma atuação integrada

no sentido de promover o desenvolvimento local sustentável destas. Esta articulação entre os atores locais envolvidos nos processos de desenvolvimento rural podem ser traduzidas em formas de redes que se entrelaçam, e neste contexto o Capital Social existente atua na direção de transformação destes espaços rurais, resultando assim na melhoria socioeconômica e ambiental das regiões como um todo.

Para Radomsky (2009), os estudos de redes podem ser fundamentais no sentido de articular a reciprocidade aos estudos sobre desenvolvimento, assim,

as redes possibilitam pensar a reciprocidade numa perspectiva sociológica de mais longo alcance. Dessa maneira, abre-se a possibilidade de estudar a reciprocidade sob o enfoque das redes de relações sociais que se projetam num determinado espaço. Uma vez que os processos de mudança social são tributários das redes e da reciprocidade entre as pessoas, as duas noções se constituem como um ponto de partida interessante para pensar o desenvolvimento rural. (RADOMSKY, 2009, p. 120).

Esta abordagem é corroborada por Schneider, (2010), quando afirma que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que se possa ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir os custos de transação e estimular economias de escopo. Neste sentido o autor destaca a importância da interação entre os agricultores e as instituições locais, como fator fundamental para transformação social e conseqüentemente desenvolvimento das comunidades.

Desta forma, o desenvolvimento rural se dá por ações integradas que tem como objetivo final a transformação dos espaços rurais, que ocorre por meio dos agentes, que são fundamentalmente os atores sociais, sujeitos dos processos de desenvolvimento, que articulados com os agentes encarregados de socializar as ações propostas

e juntamente com estes, atuarem para que as mudanças possam de fato ocorrer, evidenciando assim a formação de uma densa rede de interação, que tem efetivamente a capacidade de promover o desenvolvimento rural.

Neste contexto, os serviços de ATER ao interagirem com as comunidades beneficiárias de das políticas públicas de ATER, podem de maneira eficaz atuar na transformação dos espaços rurais. Neste meio de sociabilidade, simples e ao mesmo tempo heterogênea é que o fator Capital Social existente nos territórios atua de forma a potencializar tais ações e assim contribuir para que o desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental possa acontecer. Dessa forma, há que se considerar também o estoque de Capital Social presente na (s) equipe (s) que tem como objetivo disponibilizar e tornar acessíveis as políticas públicas.

Assim, pode-se inferir que os serviços de ATER ao serem desenvolvidos com as comunidades, estabelecem acordos de cooperação, baseados única e exclusivamente em ‘normas’ abstratas, onde a confiança é questão chave para que a cooperação, tanto entre os agricultores, quanto entre estes e os técnicos, possam agir para que sejam alcançados os resultados esperados. Neste contexto de interação é que o elemento Capital Social, objeto de análise neste estudo, tem maior ou menor poder de transformação, em razão do estoque de Capital Social existente, podendo potencializar o desenvolvimento rural desde um ponto de vista endógeno.

É nesta perspectiva que as ações de ATER integradas nos processos que visam induzir o desenvolvimento rural, ao interagir com o Capital Social presente nas comunidades, podem incidir na transformação dos espaços rurais, promovendo de forma efetiva o desenvolvimento rural sustentável das regiões.

## CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA DA DISCUSSÃO

A fim de melhor contextualizar o tema proposto no presente trabalho, serão abordados a seguir estudos empíricos já realizados acerca do tema, que dão conta da relação existente entre o Capital Social e o desenvolvimento de determinadas regiões e suas diferenciações. Assim, Bandeira (2003), realizou estudos acerca da diferenciação quanto ao nível de desenvolvimento econômico das regiões no Rio Grande do Sul (RS), sob a perspectiva dos aspectos culturais presentes nestas regiões. Para tanto o estudo se baseou em uma pesquisa realizada pelo *Laboratório de Observação Social (LABORS)*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), encomendado pelo Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional do RS, cujo tema de pesquisa foi *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social*, que tinha entre seus objetivos caracterizar as diferenças de ‘Capital Social’ existente nas macrorregiões do estado, uma vez que estas apresentam estruturas econômicas bem diferentes e distinções em vários aspectos, pois o Norte e áreas não metropolitanas do Nordeste foram colonizados pela imigração europeia, enquanto a região Sul foi predominantemente ibérica. Segundo Bandeira além destes traços, as áreas coloniais antigas tiveram pouco contato com a escravidão, uma vez que a legislação vigente proibia os imigrantes de possuírem escravos. (BANDEIRA, 2003). Dessa forma, a pesquisa se baseou nos estudos de Putnam, onde este enfatizava que havia uma relação de causa entre a riqueza das regiões e suas tradições cívicas, assim o Fórum Democrático investigou as trajetórias históricas das várias regiões do Rio Grande do Sul, onde se permitiu construir indicadores de Capital Social, como participação em associações voluntárias e em política, bem como outras formas de sociabilidade. (BANDEIRA, 2003).

Nesse sentido, os resultados da referida pesquisa sugerem, por exemplo, que a participação em associações voluntárias é maior nas regiões do interior que na região metropolitana, “cujas

características socioeconômicas estão associadas à imigração e ao predomínio da pequena e média propriedade rural.” (BANDEIRA, 2003, p. 20).

De modo geral, os dados apresentados na pesquisa e demonstrados por Bandeira (2003) de forma concisa, evidenciaram uma maior participação em associações voluntárias, pelos moradores das regiões interioranas em comparação com a região metropolitana, mesmo quando as respostas foram decompostas por estratos de renda, gênero, idade e escolaridade dos entrevistados. (BANDEIRA, 2003).

Os resultados da pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, “mostraram que há concordância altamente significativa entre as posições ocupadas pelas regiões nos rankings relativos aos diferentes tipos de entidades.” (BANDEIRA, 2003, p. 24). Reforçando assim os argumentos de Putnam, em que os contextos históricos e a trajetória cultural da sociedade, influenciam diretamente no desenvolvimento econômico das regiões como um todo.

A análise também permitiu avaliar outros tipos de redes sociais, como visitar e receber parentes e amigos, participar em diversos tipos de atividades de lazer e etc., o que Bandeira (2003), denominou de ‘sociabilidade informal’, e também analisar a participação política dos indivíduos, e desta forma os fatores seguiram o padrão apontado para a participação em associações voluntárias nas respectivas regiões. Assim permitiu-se demonstrar aspectos e características diferentes entre as várias regiões gaúchas, no que tange aos indicadores de Capital Social, e estas diferenças apontam para padrões bastante consistentes, se repetindo na maioria das variáveis pesquisadas. (BANDEIRA, 2003).

Neste contexto, Bandeira (2003) se apoia em várias explicações possíveis para a diferenciação nestas regiões e aponta para fatores como: raízes culturais da colonização europeia, predomínio em algumas zonas de uma melhor distribuição agrária e marcas da escravidão em algumas regiões. (BANDEIRA, 2003). Dessa forma

o predomínio da grande propriedade no Sul, em contraste com os lotes pequenos e médios das áreas coloniais, é um dos fatores que explicam as diferenças no grau de concentração da renda que podiam ser observadas entre essas duas grandes regiões até um período bastante recente. É preciso destacar que a maior concentração da propriedade da terra não foi o único fator que contribuiu para tornar a sociedade do sul do Estado mais desigual que a das áreas coloniais. Papel igualmente importante foi desempenhado pela escravidão, quase ausente nas áreas coloniais. (BANDEIRA, 2003, p. 49-50).

Apesar de a escravidão ter uma herança negativa, do ponto de vista da sociabilidade, Bandeira (2003), argumenta que estas regiões não são totalmente ausentes de algumas formas de sociabilidade entre os descendentes de escravos, e cita as confrarias/irmandades entre os descendentes destes. Desta forma, Bandeira (2003) argumenta que a afirmativa de Putnam em que nos Estados Unidos os menores índices de Capital Social, se encontram nas regiões que predominou a escravidão até a Guerra Civil, não é totalmente correta, afirmando ainda que,

na verdade, é mais provável que a escravidão tenha servido mais para influenciar as características das formas de Capital Social dominantes nas sociedades em que existia. [...]. No caso do Sul do Rio Grande do Sul o efeito da escravidão se somou às diferenças econômicas e sociais resultante da concentração da riqueza e da propriedade da terra. [...]. Não surpreende, portanto que a Região Sul do Estado apresente indicadores de Capital Social bastante inferiores aos das áreas coloniais, onde a herança cultural e o contexto histórico econômico contribuíram para criar uma sociedade menos desigual. (BANDEIRA, 2003, p. 56).

Assim Bandeira (2003), infere que o Capital Social não só favorece ao associativismo, à participação e à cooperação, mas contribui de

maneira eficiente para que regiões mais dotadas de Capital Social se sobressaíam em razão fundamentalmente dos atributos providos deste bem, desenvolvendo desta forma as regiões como um todo.

Esta abordagem empírica é corroborada por Sen (2000), ao dar ênfase nas pessoas como promotoras do seu próprio desenvolvimento. Ou seja, no momento em que as pessoas se organizam e traçam suas estratégias de sobrevivência e/ou de crescimento, ocorre o que Sen (2000) destaca sobre o respeito das vontades substantivas. Dessa forma, conforme abordado acima o Capital Social presente nas sociedades é fator fundamental para que o processo organizacional possa ocorrer de maneira mais eficiente, contribuindo para melhoria do bem-estar das populações rurais e urbanas.

Outro importante trabalho na mensuração de Capital Social é de Monasterio (2003), onde foram avaliados variáveis, visando analisar indicadores da qualidade da administração pública em regiões gaúchas. O estudo testou duas hipóteses presentes no trabalho de Putnam, quais sejam: que os processos ocorridos no passado influenciam nos níveis de Capital Social recente nas regiões e que estas por sua vez condicionam a qualidade da administração pública. (MONASTERIO, 2003).

Para o referido estudo, o estado gaúcho foi dividido em quatro macrorregiões, sendo analisados os indicadores a saber: estrutura fundiária, indicadores econômicos e demográficos, modernização da administração municipal, participação da sociedade na administração municipal, atividades associativas e cívicas bem como outros indicadores educacionais, de saúde e tributário para auxiliar na análise da eficiência da administração pública destas regiões. De forma geral a análise dos dados realizados por Monasterio (2003), evidencia que os municípios mais abertos tendem a ter gestões mais eficientes e a investir mais nos aspectos sociais. (MONASTERIO, 2003). Como resultado final, o estudo sugere que regiões com maior nível de Capital Social, são mais

propícias a terem administrações municipais mais modernas. Assim, no tocante a complexidade de se medir o Capital Social nas regiões o autor afirma contudo, que é ilusório supor, que mecanismos para aferição de Capital Social seja tão preciso quanto outros indicadores econômicos. (MONASTERIO, 2003). Os resultados empíricos do referido estudo corroboram que as hipóteses de Putnam se aplicam para as regiões gaúchas. Ou seja, em linhas gerais, “municípios com mais capital social tiveram administrações municipais de maior qualidade.” (MONASTERIO, 2003, p. 79).

Por sua vez, Correa (2003), ao analisar a migração e a (re) construção do Capital Social na região do Vale do Rio Pardo/RS, constatou que o baixo grau de instrução e as desigualdades de renda, contribuem de forma geral, para uma baixa confiança na sociedade civil, e sendo esta um elemento fundamental para o Capital Social, acaba por ensejando um menor desenvolvimento regional. Segundo este autor “a renovação do Capital Social pode se dar através do incremento das redes de relações sociais.” (CORREA, 2003, p. 316).

É nesse contexto que a ATER pode atuar como promotora dos processos de desenvolvimento, colaborando para que as políticas públicas possam ser aplicadas ao público beneficiário e desta forma cumprir com a função social inerente ao seu objetivo, sem desrespeitar os sujeitos ali presentes, conforme enfatizado por Sen (2000). Ainda que existam fragilidades nos aspectos endógenos e exógenos, inerentes aos processos de desenvolvimento, conforme abordados por Mior (2009), há que se considerar que é com equilíbrio entre estes fatores que o desenvolvimento pode ocorrer, ou seja, a contribuição da ATER conjuntamente com o respeito aos aspectos socioculturais pertinentes às comunidades, conseguirão êxito no desenvolvimento destas regiões e conseqüentemente o Capital Social é fator fundamental para que isso aconteça.

De outro modo, em seu estudo Becker (2003, p.89) enfatiza que “as diferentes dinâmicas de

desenvolvimento regional mantem um forte vínculo com a estrutura sociocultural vigente no passado”. Porém questiona a dimensão ‘inovadora’ atribuída à concepção ideológica de Capital Social e o relaciona como uma mera derivação formal da economia de mercado. Nesse sentido, segundo Becker (2003) o Capital Social faz parte de um processo funcional da globalização contemporânea que valoriza aspectos éticos e morais da vida comunitária e dos laços de sociabilidades sendo fundamental para a discussão atual sobre desenvolvimento regional. O autor ainda argumenta que no contexto contemporâneo a cooperação e integração fundamentadas em laços de sociabilidade e de confiança se apresentam como uma nova e instigante dimensão da competição que caracteriza o mundo globalizado, ou seja, cooperar para competir. Ressaltando ainda, que no novo modelo institucionalizado de mercado, competitivo e globalizado, a organização sociocultural se torna fundamental para incrementar de forma crescente, a produtividade. (BECKER, 2003). “Nesse contexto competitivo é que os espaços regionais de desenvolvimento se transformam em espaços concretos, alternativos entre si.” (BECKER, 2003, p. 94).

Dessa forma, segundo Becker (2003, p.96), “a cultura acumulada ou capital social (a cultura quantificada), [...], é uma necessidade do próprio processo de globalização econômico-financeira”, sendo o mercado, juntamente com a economia globalizada que determina a dinâmica do desenvolvimento regional. Comprovando assim que “a construção social do desenvolvimento regional, depende das formas e conteúdos dos arranjos, redes, sistemas, cadeias, consórcios ou parcerias regionais.” (BECKER, 2003, p. 104).

Essas formas significativas mencionadas acima são a expressividade das virtudes do Capital Social, que fazem com que algumas regiões se sobressaem mais que outras. Esta afirmação é corroborada por Putnam (2006), ao enfatizar que o acúmulo de Capital Social, em uma sociedade é o principal responsável pelo círculo virtuoso

de uma dada região, desta forma, conseguem se desenvolver melhor, aproveitando de suas potencialidades e melhorando sua eficiência nos processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva o desenvolvimento, segundo Becker (2003) seria decorrente das capacidades associativas e de cooperação dos atores sociais de determinada região em articularem ações coletivas orientadas pelas condições culturais e estruturais específicas em relação às necessidades e possibilidades desses grupos e do contexto regional onde se situam.

Assim, “o Capital Social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia.” (PUTNAM, 2006, p. 186). Por sua vez, “quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada e, portanto, muito mais desenvolvida.” (BECKER, 2003, p. 110). De certa forma estas afirmações corroboram com a importância atribuída ao acúmulo de Capital Social nas sociedades, e sua influência no desenvolvimento das regiões como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do Capital Social nos processos de desenvolvimento pode ser verificada e ratificada nos estudos relatados acima, e é fator preponderante para auxiliar o desempenho das regiões, seja ela rural ou urbana. Os estudos apontam para a importância de se observar o histórico na concepção das regiões, passando de uma visão setorial para uma abordagem territorial, ou seja, é importante agregar os aspectos internos e também externos, a fim de melhor contextualizar processos que visem melhorar as condições da qualidade de vida e o bem-estar das populações, do meio ambiente e da economia, como forma de potencializar as ações no sentido de promover o desenvolvimento rural e também urbano das regiões. Dessa forma Kageyama pondera que “o processo de desenvolvimento rural deve equilibrar os benefícios ao território e à população de forma a preservar o meio ambiente,

dinamizar a economia e melhorar as condições de vida e bem-estar.” (KAGEYAMA, 2008, p. 161).

Nessa perspectiva, a ATER contribui para o desenvolvimento das regiões, uma vez que seu principal objetivo é a promoção do desenvolvimento rural sustentável, devendo considerar, conforme acima exposto, as questões socioculturais como fator fundamental no processo do desenvolvimento. Desse modo, conforme apontado por Sen (2000), o desenvolvimento só ocorre efetivamente quando considerada a vontade dos envolvidos, demonstrando a necessidade de uma abordagem sociocultural, bem como reforçando o papel da ATER neste processo, para que a interação endógena com os fatores exógenos possam se valer para o fortalecimento dos processos que objetivam o desenvolvimento das regiões rurais.

Dessa forma, ainda de acordo com Sen (2000), o desenvolvimento só acontece de fato, quando se respeita as vontades e liberdades alheias, ou seja, quem define o processo de desenvolvimento, são as pessoas ou sujeitos diretamente envolvidos. Portanto é nessa perspectiva que os serviços de ATER, quando na execução da PNATER, interagem com os beneficiários desta política pública, respeitando suas vontades e necessidades, conseguem de fato programar ações que culminam na melhoria do bem-estar das populações e na preservação dos recursos naturais.

Assim também, as análises empíricas abordadas sobre o desenvolvimento e sua diferenciação em território gaúcho, reforçam que as pesquisas de Putnam aplicadas na Itália se reportam em outras regiões, sendo os fatores socioculturais, como principais precursores do fator econômico e democrático das mesmas. Ainda que algumas afirmações não sejam totalmente verdadeiras, como no caso de regiões com histórico de forte presença da escravidão, uma vez que estas não possuem Capital Social mais baixo em razão da escravidão, mas sim devido às questões sociais que estão por detrás das desigualdades auferidas neste sistema, restou identificada a presença do Capital Social

e sua influência positiva no desenvolvimento das regiões estudadas.

Outro aspecto importante que pode ser observado diz respeito à capacidade de cooperação e participação em associações voluntárias. Pode se inferir que regiões com maior capacidade de se associar e cooperar, tendem a ser mais desenvolvidas, pois os ganhos advindos destes processos colaboram para que as regiões se tornem mais prósperas. Assim, as ações que visam fortalecer o associativismo e o cooperativismo tendem a melhorar os níveis de Capital Social, e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento das regiões. Salienta-se ainda que ao se pensar no desenvolvimento dos espaços rurais, deve se atentar para os aspectos inerentes à territorialidade destes, uma vez que a concepção destes espaços auxilia para que os processos sejam mais eficientes, pois ao se observar os fatores socioculturais, humanos e naturais, podem ser potencializadas as ações a serem implementadas.

Desta forma, conclui-se que o Capital Social pode contribuir de maneira eficiente para o desenvolvimento das regiões rurais, devendo estas serem organizadas em territórios, cuja a delimitação eficiente pode contribuir ainda mais para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social das pessoas que ali vivem, bem como para a melhoria do bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento. *Economia aplicada*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr/jun 2000.
- BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 15-59.

BECKER, D. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 85-121.

BOURDIEU, P. **Poder, derecho y clases sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de brouwer, 2001. 232 p.

CERNEA, M. M. **Primero la gente**: Variables sociológicas em el desarrollo rural. México: El Banco Mundial y Fondo de Cultura Económica, 1995. p.25-66.

CORREA, S. M. D. S. Migração e a (re) construção do capital social. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2003. p. 303-334.

FRANCO, A. **Capital Social**: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001. 551 p.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 65 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, p. 37-50, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 233 p.

MIOR, L. C. Desenvolvimento Rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e socio-técnicas. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 273-298.

MONASTERIO, L. M. Medindo o Capital Social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 61-84.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, M. D. S. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 123-148.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. 209 p.

PROJETO CUT/CONTAG. **Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil**. São Paulo, p. 1-17. 1999. Projeto CUT-CONTAG de pesquisa e formação sindical.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto MONJARDIM. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260 p.

RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 107-136.

RIEDL, M.; VOGT, O. P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, M. D. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 149-211.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 95 p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 23 jun.

2014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 260 p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Lauro Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Garmond, 2006. 226 p.

## SUICÍDIOS EM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO: CARACTERIZAÇÃO E PREVALÊNCIA DE GÊNEROS

THESOLIM, Bruna Luiza; BERNARDINO, Ângela; FERREIRA, Vitor Lopes; BAPTISTA, Claudio Ártico. Discentes do Curso de Medicina do Centro Universitário das Faculdades.  
FRANCO, Laura Ferreira Rezende. Mestre e Doutora pela FCM/UNICAMP, UNESP. Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - FAE.

### RESUMO

O suicídio é uma ação concreta, realizada por alguém que demonstra consciência e conhecimento do resultado final do seu ato. Ele é considerado um grande problema de saúde pública, pois vem aumentando de forma progressiva e constante no país com o decorrer dos anos. Este estudo se faz importante para a caracterização dos casos de suicídio e para possibilitar o desenvolvimento de estratégias de intervenção, por parte de órgãos da saúde, que visem a saúde mental da população e o treinamento de profissionais que possam atuar na prevenção desse fenômeno social. Tem como objetivo relacionar os dados sobre suicídio no município de São João da Boa Vista com a literatura a fim de compreender os motivos, as prevalências no gênero, na idade e também a maneira que o praticam. Para tanto, utilizaram-se dados obtidos da Secretaria Municipal de Saúde de São João da Boa Vista sobre o número de suicídios no período de 2006 a 2013, distribuídos em gênero e causa, resultando em um diagnóstico que corroborou com a maioria dos dados encontrados na literatura que consiste na prevalência de indivíduos do sexo masculino e do método de enforcamento como principal meio de cometer o suicídio. Portanto, conclui-se que o suicídio, apesar de parecer um ato particular e imprevisível, segue uma padronização, que permite a criação de políticas públicas eficientes.

**Palavras-Chave:** Suicídio; Enforcamento; Epidemiologia.

### Suicides In A City In São Paulo State: Characterization And Prevalence Of Genders

### ABSTRACT

Suicide is a concrete action performed by someone who demonstrates conscience and knowledge of the final result of his act. It is considered a major public health problem because it has been increasing progressively and constantly in this country over the years. This study is important for the characterization of suicide cases and to enable the development of intervention strategies by health authorities, aimed at mental health of the population and the training of professionals who can act in the prevention of this social phenomenon. The aim of this research is to relate the data on suicide in the city of São João da Boa Vista with the literature in order to understand the reasons, the prevalence on gender, age and also the way they are practiced. For this purpose we used data obtained from the Municipal Health Department of São João da Boa Vista about the number of suicides in the period 2006-2013, distributed according to gender and causes, resulting in a diagnosis that corroborated with most data found in literature: the prevalence of males and the hanging method as the primary means of committing suicide. Therefore, we concluded that suicide, although it seems to be a particular and unpredictable act, follows a standardization that allows the creation of efficient public policies.

**Keywords:** Suicide; Hanging; Epidemiology.